

Por que a demanda preocupa o governo

por Celso Pinto
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

a reduzir a enorme distância que existe hoje entre o que se paga ao investidor e o que se cobra de quem toma créditos. Essa distância estimula a busca de formas de não pagar os compulsórios, engorçando os lucros. Uma terceira sugestão é que o setor público reduza sua demanda por bens e serviços através da contenção dos gastos. Ainda ontem o Ministério do Planejamento anunciou um pacote de cortes em gastos das estatais que segue nessa direção.

Mendonça de Barros disse a este jornal que não há nada decidido em relação a restrições a empresas de "factoring" e a consórcios — duas alternativas num elenco de hipóteses que circulam na área econômica. No Rio, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, reforçou a ideia de que o governo não tem nenhum elenco de medidas pronto mas que pode recorrer a novas restrições quando e se for necessário.

O governo tem, segundo Mendonça de Barros, um diagnóstico consensual e claro de que o mais importante mecanismo de correção seria reduzir a absorção do setor público, transformando suas contas em superavitárias e gerando com isso poupança positiva do governo. Esse seria o caminho correto para abrir o espaço necessário para que o setor privado pudesse elevar seus investimentos sem gerar um superaquecimento. Até agora, o acelerado crescimento da demanda foi compatível com a redução do nível inflacionário graças a um "choque de oferta" produzindo pelas importações, "ou pela simples ameaça de importação". Se a demanda se mantivesse excessiva, no entanto, o desequilíbrio acabaria surgindo nas contas externas, mesmo que não batesse nos preços.

Mendonça de Barros diz que o governo está examinando um conjunto de ações para tentar corrigir o rumo econômico pelo lado governamental. Além de medidas diretas de redução de gastos, estão sob exame várias medidas "paraestatais" que contribuiriam para melhorar o quadro do setor público. Entre elas a agilização da privatização, cobrança de dívidas e medidas de contenção de gastos não orçamentários. "São várias coisas, mas nada espetaculoso, ou seja, um processo dentro do estilo do governo Fernando Henrique Cardoso", diz ele.

O governo acha que ainda tem algum tempo para agir. A análise de conjuntura, de todo modo, indica claramente onde mora o perigo.

O Plano Real, ao acabar com as perdas provocadas pela inflação sobre boa parcela da população, empurrou o patamar de consumo para cima. O novo degrau, no caso das vendas a varejo, é 20% superior à média do primeiro semestre do ano passado. Em janeiro, houve certa desaceleração das vendas em São Paulo, mas mes-

mo assim elas ficaram 14% acima de janeiro de 1994.

O documento lembra que as restrições impostas no ano passado ajudaram parcialmente a refrear o consumo. De outro lado, houve um salto no nível de inadimplência do crédito (atrasos superiores a 30 dias subiram 98% em janeiro deste ano sobre janeiro de 1994). Isso torna o comércio mais cauteloso, mas o próprio Mendonça de Barros admite que o impacto é relativo. O fato de o consumidor olhar mais o valor da prestação em relação a seu salário do que os juros que está pagando permite que o crédito seja concedido a taxas astronômicas de 11 a 12% ao mês. A este nível, a margem de ganho é tão grande que compensa eventuais inadimplências e estimula a montagem dos mais diferentes esquemas informais de crédito.

Outro fator importante no impulso ao consumo é a redução no nível de desemprego, além do aumento no nível real de rendimentos dos trabalhadores. Mendonça de Barros lembra que há uma correlação histórica entre aumento de poupança e aumento de desemprego: a insegurança sobre o futuro leva os trabalhadores a refrear o consumo.

Neste sentido, as indicações recentes são preocupantes. Em janeiro, houve queda no saldo das cadernetas de poupança, mas ela foi provocada, em larga escala, por remanejamento para outros ativos financeiros como o "fundão" e os CDB. Em fevereiro, no entanto, segundo Mendonça de Barros, há indicações de que o dinheiro que está saindo da poupança está indo para o consumo.

O documento lembra que o rendimento real médio dos trabalhadores na indústria de transformação subiu 6% em novembro passado em comparação com julho de 1994. No caso dos trabalhadores informais, sem carteira assinada, no setor de comércio, o ganho no período foi de 13,7%, e no caso dos trabalhadores por conta própria, o salto foi de 16%.

De forma geral, a exemplo do que ocorreu no Plano Cruzado, os empregados com carteira assinada (51% do total) tiveram ganhos de 4,4% em novembro sobre julho, compatíveis com a evolução das taxas de produtividade. No caso dos trabalhadores sem carteira assinada (49% do total), no entanto, o aumento foi substancial, de 12,5%. Enquanto isso, caiu a taxa de desemprego e aumentou o emprego em todos os setores.

O que preocupa a frente, segundo o documento, é a concentração, entre março e maio, de vários dissídios importantes, e do aumento do salário mínimo, que tem um forte impacto principalmente sobre o setor de serviços. Mesmo considerando que têm havido muitas antecipações de aumentos de salários, o que reduz o impacto de certos dissídios em termos de reposição da inflação passada, há o temor que a combinação destes vários fatores resulte num segundo salto no patamar de demanda

FATORES CONDICIONANTES DA BASE MONETÁRIA (Média dos fluxos acumulados no mês Dias úteis)					
	Tesouro Nacional	Operações c/Tit. Públicos Federais (1)	Operações c/ o Setor Externo (1)	Operações c/ o Sist. Financeiro (1)	Variação- média da Base Mon.
Julho	-1.109	5.185	139	-893	3.322
Agosto	-1.238	2.852	13	-89	1.538
Setembro	-1.433	3.878	9	-634	1.819
Outubro	-1.645	814	337	541	47
Novembro	-1.871	3.423	50	-664	937
Dezembro	-1.181	5.964	-936	162	4.009
Janeiro/95	-854	2.644	-79	-2.532	-822

Fonte: Dimob/BACEN (1) Em R\$ milhões

da economia — o que seria perigoso para a estabilidade.

Do lado da oferta, o cenário também é preocupante. O trabalho lembra que houve ganhos de produtividade, utilização de capacidade ociosa e uso mais intenso da mão-de-obra existente, através de horas extras. Vários setores, contudo, estão ocupando praticamente toda sua capacidade instalada. De outro lado, existem estrangulamentos em diversos setores por problemas como escassez de matérias-primas. Essa escassez já afetou todo o setor de caminhões e ônibus; 89% do setor de tintas, esmaltes e solventes; 84% de embalagens plásticas; 70% de brinquedos; 46% de tratores e máquinas de

terraplenagem; 42% de máquinas de costura, de lavar e secadoras — segundo sondagem da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A escassez de embalagens, por sua vez, atingiu 7% da indústria em janeiro, especialmente calçados (90% do setor), perfumaria (81%) e laticínios (75%). Mesmo com aumento estimado de 20% na produtividade do setor industrial no ano passado, existe a necessidade de um salto nos investimentos. Segundo a FGV, a expansão planejada pela indústria da capacidade instalada é de 6% neste ano e 14% no triênio 95-97. Investimentos privados significam mais demanda agregada na economia e, portanto, a necessida-

de de haver condições macroeconômicas equilibradas para que ele ocorra sem pressionar a inflação ou o setor externo.

O cenário do ponto de vista da inflação não é preocupante: todas as projeções privadas indicam a manutenção do patamar entre 1 e 2% até março. O setor serviços, onde não há concorrência possível de importados e onde existem monopólios, tem sido um dos grandes vilões. Depois de um primeiro surto de alta até outubro, e de uma acomodação posterior, os serviços voltaram a subir desde novembro bem mais do que a média inflacionária.

A análise inclui também uma avaliação do comportamento do setor público no

ano passado. A estimativa é que tenha havido um superávit de 0,87% do PIB em termos primários (comparado a um superávit de 0,46% em 1993) e um déficit irrisório de 0,25% do PIB se for acrescentada a conta de juros, mas descontado o valor das correções monetárias e cambial, o chamado resultado operacional (ele foi de 0,24% do PIB em 1993). A novidade é a estimativa de que o resultado dos estados e municípios foi um superávit primário de 0,68% do PIB e um déficit operacional de 0,43%. Ambos os resultados são melhores do que indicavam as projeções iniciais. A principal explicação foi o bom comportamento do ICMS depois do Real.

VINÍCOLA PIPA DE OURO LTDA

Rua Severo Ravizoni, 2263
Flores da Cunha - RS - Fone: (054) 292.1705

Vendas de VINHO à granel e embarrilado.
Tinto e Branco seco.

Vendas diretas pelo telefone acima.

CONFIRA PREÇO E QUALIDADE.